

## Operação Compliance Zero

# Ex-sócio de Vorcaro e peça-chave no caso

Alvo de operação da PF, Augusto Lima, ex-CEO do Master, é apontado pela corporação como figura central nas investigações para esclarecer as fraudes cometidas pelo banco

» ALÍCIA BERNARDES

Um dos alvos de ontem da 9ª fase da Operação Compliance Zero, o empresário Augusto Ferreira Lima, conhecido como “Guga Lima”, foi sócio de Daniel Vorcaro, dono do Master, e é apontado pelos investigadores como uma das peças centrais para o esclarecimento das fraudes do banco.

Augusto Lima foi CEO do Banco Master e controlador do Banco Pleno, instituição que teve a liquidação extrajudicial decretada pelo Banco Central em fevereiro deste ano. As investigações também miram a relação do empresário com o Banco de Brasília (BRB), no contexto da tentativa de venda do Master e das operações envolvendo as empresas Tirreno e Cartus. Segundo a PF, o executivo ocupa posição estratégica no principal inquirido que apura a atuação do banco.

O empresário havia sido preso preventivamente durante a primeira fase da Operação Compliance Zero, em novembro de 2025. Na ocasião, Daniel Vorcaro também foi detido no Aeroporto Internacional de Guarulhos quando se preparava para embarcar para Dubai.

Durante as buscas na residência de Augusto Lima, os agentes apreenderam R\$ 1,7 milhão em espécie, em uma contagem que levou cerca de seis horas. Dias depois, ele e outros investigados foram soltos por determinação da desembargadora Solange Salgado, com uso de tornozeleira eletrônica.

Desde então, Augusto Lima foi convocado pela Polícia Federal em, pelo menos, duas ocasiões para prestar depoimento. O primeiro interrogatório, marcado para janeiro

Reprodução/Instagram



Lima: influente na Bahia, com trânsito entre políticos do PT e da oposição

deste ano, acabou cancelado após a defesa informar que ele permaneceria em silêncio enquanto não tivesse acesso integral aos autos e às

provas já produzidas. Em maio, uma nova intimação foi expedida no âmbito das investigações sobre possíveis irregularidades envolvendo a



**Augusto Lima sempre atuou dentro dos limites da lei, com transparência, responsabilidade técnica e observância das normas que regem o sistema financeiro e a administração pública”**

**Trecho da nota da defesa do empresário Augusto Ferreira Lima**

negociação do Master com o BRB.

Um dos focos das apurações é a relação entre Augusto Lima e o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), também alvo das buscas autorizadas pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em representação encaminhada à Corte, a PF sustenta que mensagens trocadas entre os dois indicariam uma relação antiga e marcada por elevado grau de confiança. Em uma conversa registrada em março de 2025, Lima escreveu ao senador: “Você mais do que ninguém sabe da minha história e faz parte disso”, ao comentar as tratativas envolvendo a compra do Master pelo BRB.

Na avaliação dos investigadores, a proximidade entre ambos teria criado um “ambiente propício” para a defesa de interesses privados ligados ao banco.

## Relator nega interferência em emenda

Geraldo Magela/Agência Senado



Valério: “O senador Jaques Wagner sequer tocou nesse assunto comigo”

O relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que dá autonomia orçamentária e financeira ao Banco Central, senador Plínio Valério (PSDB-AM), disse, ontem, que o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), jamais o procurou para tratar da chamada “emenda Master”.

“Tenho acompanhado o noticiário envolvendo o nome do senador Jaques Wagner, afirmando que ele teria atuado para que eu, como relator da PEC 65/2023, acatasse a emenda batizada de ‘emenda Master’. Isso não corresponde absolutamente à verdade”, disse Valério, em nota.

Wagner foi alvo, ontem, de busca e apreensão pela Polícia Federal, na nona fase da operação Compliance Zero, que investiga irregularidades envolvendo o Master. A PF suspeita que o

senador baiano recebeu um imóvel de R\$ 2,5 milhões e pagamentos de R\$ 3,5 milhões para atuar

a favor do banco no Congresso. A chamada “emenda Master”, apresentada pelo ex-ministro do

governo Bolsonaro e hoje senador Ciro Nogueira (PP-PI) — ele próprio investigado pela Polícia Federal —, previa aumentar o limite das aplicações cobertas pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), de R\$ 250 mil para R\$ 1 milhão por CPF.

O Master tinha como modelo de negócio a venda de produtos como certificados de depósito bancário (CDBs) com remuneração muito acima da média do mercado, que eram publicizados como seguros por causa da garantia do fundo. A liquidação do banco, em novembro de 2025, custou mais de R\$ 40 bilhões ao FGC.

“Em nenhum momento o senador Jaques Wagner sequer tocou nesse assunto comigo”, disse a nota de Plínio Valério. “A emenda foi rejeitada de pronto por não guardar relação com a matéria.”

### CONGRESSO

## Sessão conjunta é cancelada

O presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), comunicou o cancelamento da sessão conjunta entre deputados e senadores que seria realizada ontem para analisar 65 vetos presidenciais e cinco projetos de lei. As declarações do parlamentar ocorreram pela manhã, quando esteve ao lado do líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP).

De acordo com Alcolumbre, não houve reuniões suficientes para se chegar a um acordo sobre a derrubada ou a manutenção dos vetos. Além disso, o presidente do Congresso afirmou que o quórum está baixo para a realização da sessão. “Há uma grande dificuldade para a gente realizar a sessão do

Congresso Nacional quando a gente não tem efetivamente uma participação de todas as lideranças partidárias da Câmara e do Senado envolvidas no tema”, declarou.

O presidente do Senado disse que havia decidido pela manutenção da sessão nessa quinta, anunciada há 30 dias, porque os parlamentares analisariam vetos e projetos importantes. Entre os temas, estão dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026 e da reforma tributária. Há vetos também que dizem respeito a emendas parlamentares, incentivos fiscais, infraestrutura, energia e segurança pública. Nesse período, o senador afirmou ter percebido que os líderes não se reuniram para tratar de um acordo.

Nesse tempo, segundo Alcolumbre, de um painel de 90 vetos pendentes com 924 dispositivos, foram retirados 20 vetos e 350 dispositivos, e ainda assim não se chegou a um entendimento. O senador afirmou que a pauta deixou 100% do Congresso e do governo insatisfeitos, apesar dos esforços por negociações. Além disso, frisou que, com o quórum baixo, seria acusado de favorecer o governo ou a oposição caso mantivesse a realização da sessão.

No entanto, Alcolumbre declarou que, daqui a 10 a 15 dias, antes do recesso legislativo, convocará a apreciação dos vetos, com ou sem acordo. “Como não conseguimos um acordo, vou fazer um esforço pessoalmente e vou pedir a todos

os líderes partidários, na próxima semana, da Câmara e do Senado, fazerem reuniões periódicas pelos próximos 10 ou 15 dias e, daqui a 10 ou 15 dias, antes do recesso parlamentar, eu vou ter uma sessão do Congresso Nacional, com acordo de cédula, ou sem acordo de cédula”, disse.

O cancelamento da sessão do Congresso ocorreu na data em que a Polícia Federal deflagrou a nona fase da Operação Compliance Zero, que atua no caso Banco Master, tendo como alvo principal o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). A investigação apura fraudes que envolvem, supostamente, o PT na Bahia e o banqueiro Daniel Vorcaro.

### NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



## Denúncias tornam insustentável Wagner ficar na liderança

A operação da Polícia Federal (PF), em Brasília e Salvador, que teve como alvo o senador Jaques Wagner (PT-BA), gerou mais instabilidade entre os Poderes no rastro do escândalo do Banco Master. O líder do governo no Senado não foi denunciado, não é réu e nega as acusações, mas sua inclusão entre os investigados arrasta o governo Lula para o centro das investigações e produz efeitos políticos que transcendem os aspectos penais. Para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a questão central não é apenas saber se houve ou não prática criminosa, mas avaliar o impacto das suspeitas e a escala das suas consequências eleitorais.

A responsabilização de Wagner depende de provas robustas, contraditório e sentença judicial. Sua permanência no cargo abala a imagem de Lula e, também, a credibilidade das instituições e a confiança da sociedade em seus representantes. As suspeitas formuladas pela PF, acolhidas parcialmente pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, são graves. Segundo a investigação, Wagner teria mantido interlocução privilegiada com o banqueiro Augusto Lima, apontado como aliado estratégico de Daniel Vorcaro, controlador do Master. A PF sustenta que essa relação teria sido utilizada para promover interesses do grupo financeiro no Congresso.

Segundo as investigações, o senador teria participado de articulações destinadas a ampliar a margem consignável para trabalhadores da iniciativa privada, aposentados, pensionistas e beneficiários de programas sociais. Trata-se do interesse econômico de instituições financeiras que operam nesse mercado, entre elas empresas ligadas ao grupo Master por meio do Credcesta. A defesa de uma proposta legislativa não constitui irregularidade. O problema são as supostas vantagens pessoais ou familiares recebidas em contrapartida. É exatamente essa conexão que a PF busca demonstrar.

A chamada “Emenda Master”, vinculada à PEC 65/2023, é o xis da questão. Segundo os investigadores, o texto teria sido elaborado por assessores do próprio Master e encaminhado a parlamentares com o objetivo de alterar regras do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), ampliar sua cobertura e criar condições mais favoráveis ao modelo de negócios da instituição financeira. A PF sustenta que Wagner teria atuado politicamente para facilitar sua tramitação.

O FGC é um dos pilares de estabilidade do sistema financeiro nacional. Alterações em suas regras afetam não apenas bancos específicos, mas o conjunto do mercado. Caso fique demonstrado que interesses privados influenciaram a formulação ou a tramitação de propostas relacionadas ao Fundo Garantidor, a gravidade do episódio será considerável. Wagner teria atuado, também, na tentativa de aquisição do Master pelo Banco de Brasília (BRB). A PF procura estabelecer se houve sua interferência parlamentar em benefício do grupo financeiro investigado.

### Dilema de Lula

Há suspeitas de supostas contrapartidas recebidas pelo senador. A investigação menciona repasses que totalizariam R\$ 3,5 milhões para a BN Financeira Ltda., empresa vinculada ao núcleo familiar de Wagner. Os investigadores sustentam que os recursos teriam origem em empresas ligadas ao grupo econômico de Augusto Lima. A defesa do senador argumenta que tais recursos não tiveram destinação pessoal e rejeita qualquer vínculo com práticas ilícitas.

O nervo exposto é a negociação de um apartamento de alto padrão em Salvador, avaliado em aproximadamente R\$ 2,4 milhões. A PF sustenta que a aquisição do imóvel teria sido uma forma de benefício indireto concedido ao senador. Wagner, por sua vez, afirma que o imóvel jamais integrou seu patrimônio e que a operação fazia parte de uma negociação legítima envolvendo sua filha e Augusto Lima.

Como em outros casos envolvendo parlamentares, há ainda referências ao uso de aeronaves particulares e ao recebimento de ingressos para eventos internacionais pagos por empresas relacionadas ao universo financeiro investigado. A PF considera esses benefícios parte do conjunto de vantagens supostamente oferecidas em troca de apoio político.

Entretanto, o próprio ministro Mendonça age com cautela. Recusou pedidos de busca e apreensão no gabinete parlamentar e em escritórios ligados ao mandato de Wagner. O fundamento foi a insuficiência de elementos para justificar medidas invasivas em dependências vinculadas a outro Poder da República. A existência de uma investigação não equivale à comprovação dos fatos narrados.

Wagner não é um senador qualquer. Trata-se do principal articulador do governo Lula no Senado, ex-governador da Bahia, ex-ministro da Defesa, ex-ministro-chefe da Casa Civil e um dos petistas mais próximos de Lula, o que amplia o impacto eleitoral das suspeitas. Por essa razão, cresce entre aliados do próprio governo a avaliação de que seu afastamento da liderança poderia preservar o Palácio do Planalto do desgaste associado ao caso.

Nos bastidores, essa alternativa é um dilema para Lula: afastar Wagner pode ser interpretado como reconhecimento implícito das acusações; mantê-lo no cargo, expõe o governo a ataques permanentes da oposição.